

## Hidrodiplomacia e hidro-hegemonia chinesa no rio Mekong Chinese hydro-diplomacy and hydro-hegemony on the Mekong River

JOÃO SIMÕES<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho procura analisar as dinâmicas geopolíticas e hidropolíticas em torno do rio Mekong, centrando-se particularmente no papel da China como potência hidro-hegemónica. A investigação examina o impacto dos projetos de infraestruturas chineses, como a construção de barragens, na governação do rio e nas relações regionais, particularmente no condicionamento do fluxo de água para o Laos, Camboja e Vietname, quer através de iniciativas hidrodiplomáticas como o Fórum de Cooperação Lancang-Mekong e a Iniciativa da Sub-Região do Grande Mekong. Adicionalmente, o estudo ressalta ainda as consequências ambientais, económicas e políticas destes desenvolvimentos, com especial destaque para os impactos negativos nas comunidades locais e nos ecossistemas.

**Palavras-chaves:** China; hidrodiplomacia; hidro-hegemonia; Mekong.

**Abstract:** This paper seeks to analyze the geopolitical and hydro-political dynamics surrounding the Mekong River, focusing particularly on China's role as a hydro-hegemonic power. The research examines the impact of Chinese infrastructure projects, such as the construction of dams, on the governance of the river and on regional relations, particularly in conditioning the flow of water to Laos, Cambodia and Vietnam, both through hydro-diplomatic initiatives such as the Lancang-Mekong Cooperation Forum and the Greater Mekong Subregion Initiative. The study also highlights the environmental, economic and political consequences of these developments, with special emphasis on the negative impacts on local communities and ecosystems.

**Keywords:** China; hydro-diplomacy; hydro-hegemony; Mekong.

---

<sup>1</sup> CEJEIA, Universidade Lusíada, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7859-4668>.

## 1. Introdução

No que diz respeito à distribuição dos rios internacionais, estes estão espalhados por todos os continentes, sendo quase omnipresentes. Em concreto, existem cerca de 263 bacias fluviais internacionais, estando a maior parte

concentrada no continente europeu, com 69 bacias internacionais. Segue-se o continente africano com 59, o continente asiático com 57 (Fig. 1), a América do Norte com 40 e a América do Sul com 38 (Baranyai, 2020; Simões, 2025).

### International River Basins of Asia



**Fig. 1:** Bacias hidrográficas fluviais internacionais da Ásia. Fonte: Transboundary Freshwater Dispute Database (s.d.).

A maior parte dos rios asiáticos nasce no Planalto Tibetano, tratando-se de uma região uniforme do ponto de vista geográfico e que se estende ao longo de 2.500.00 km<sup>2</sup>, correspondentes a 1/4 do território terrestre chinês (Chellaney, 2007; Leal, 2019).

De relevar que as bacias hidrográficas dos grandes rios originados no Planalto Tibetano (Fig. 2) constituem a fonte de vida de cerca de 50% da população mundial, neste caso distribuída pela China, Índia, Butão, Nepal, Bangladesh, Paquistão, Camboja, Laos, Vietname e Tailândia (Chellaney, 2007; Leal, 2019; Simões, 2024).



**Fig. 2:** Maiores rios com origem no Planalto Tibetano. Fonte: Leal (2019).

Nesse sentido, não obstante a existência de vários outros rios importantes, são de destacar, a título de exemplo, o rio Amarelo, o rio Yangtzé, o rio Salween, o rio Indo, o rio Brahmaputra e o rio Mekong.

Importa-nos, em particular, analisar o rio Mekong. Com início no Planalto Tibetano, estende-se ao longo de 4.200 km, atravessando seis Estados, a República Popular da China, Myanmar, o Laos, o Camboja, o Vietname e a Tailândia (Simões, 2024). Adicionalmente,

as águas das suas bacias hidrográficas são fonte de vida para cerca de 60 milhões de pessoas, razão pela qual, cada vez que um dos Estados ora mencionado, desenvolve planos que possa criar efeitos adversos nos outros, acaba por inflamar os ânimos e gerar disputas políticas frequentes entre

estes atores do sistema político internacional. (Leal, 2019: 17)

Apesar de o Planalto Tibetano ser o grande berço dos rios asiáticos, o continente asiático sofre com a escassez de água, tendo «menos água doce – 3.920 m<sup>3</sup> por pessoa – do que qualquer outro continente para além da Antártida» (Chellaney, 2007: 1).

As tensões e iminentes disputas hídricas na Ásia podem ser atribuídas a diversas causas. Desde logo, têm sido promovidas pelo desenvolvimento e a expansão da agricultura de regadio, bem como pela existência de indústrias com utilização intensiva de água, e ainda por uma crescente classe média, com maiores expectativas face a confortos que levam ao consumo de muita água, como por exemplo na utilização de máquinas de lavar loiça. São igualmente de registar as alterações climá-

ticas e a degradação ambiental (Chellaney, 2007; Simões, 2024).

As alterações climáticas contribuem para o degelo, o que, por sua vez, como referem Overland *et al.* (2017: 9),

pode tornar o caudal dos rios mais dependente da precipitação anual e, por conseguinte, mais instável. Este facto, por sua vez, pode obrigar as comunidades locais das zonas rurais a jusante a alterarem os seus padrões tradicionais de produção alimentar, podendo conduzir à migração e afetar as relações entre países.

Desde 2019, tem-se assistido no Mekong a uma maior tendência para períodos de seca extremos. De acordo com Eyler (2020) e Simões (2024), este fenómeno está associado à ausência de monções, aspeto que resultou em significativos impactos a nível social e ecológico, como o aparecimento, em charcos, de cardumes mortos, que tinham ficado isolados, afetando tanto os rendimentos das comunidades locais como a sua segurança alimentar (Eyler, 2020; Grumbine, 2017; Haefner, 2013).

Importa ainda salientar que uma das preocupações associadas a esta questão diz respeito ao comportamento da China, especialmente no que concerne à sua política de construção e/ou tentativa de construção de barragens e ao redirecionamento de cursos de água que nascem no Planalto Tibetano e atravessam o seu território (Chellaney, 2007; Simões, 2024).

Adicionalmente, como referem Gerlak e Haefner (2017: 894), «o Mekong tem uma importância estratégica como centro de alimentação e de emprego, e desempenha um papel crucial no desenvolvimento futuro dos países da bacia».

Na região do Mekong, o desenvolvimento implica a exploração de diversos recursos naturais, como a madeira, a água e minerais. Esta prática visa satisfazer os interesses dos mais importantes meios urbanos regionais, bem como as aspirações de uma classe média em crescimento acelerado (Cronin, 2011).

Não obstante o facto de, durante as últimas décadas, as autoridades regionais do Mekong terem sido capazes de retirar milhões de pessoas de situações de pobreza, verifica-se que mais de 72 milhões continuam a depender diretamente do Mekong para executarem as suas atividades profissionais, e mais de 300 milhões de pessoas dependem dos produtos aí originados (Lim, 2020).

Importa por isso salientar as estimativas do Banco de Desenvolvimento Asiático, elencadas por Lim (2020): cerca de 1.7% a 24.8% da população na região do Mekong até à data de 2018 vivia em situação de pobreza extrema, acentuando-se a desigualdade em função da gestão desadequada e injusta dos recursos naturais.

Assim, de acordo com Simões (2024: 123),

a desigualdade manifesta-se a vários níveis. Se por um lado, os governos, empresas privadas, centros urbanos e os Estados a montante, são beneficiados pela exploração dos recursos naturais, por outro lado, as comunidades rurais, ribeirinhas, florestais e os Estados a jusante, e dentro destas particularmente as mulheres, as crianças, os pobres e as minorias étnicas, são particularmente afetadas pelos impactos negativos a nível económico, ambiental e cultural.

Tendo em consideração, por um lado, a crise hídrica que decorre no Planalto Tibetano, e, por outro lado, a importância regional do rio Mekong para o Laos, o Camboja e o Vietname, temos como objetivo procurar compreender as principais implicações regionais da construção chinesa de barragens hidroelétricas no curso do rio e as principais implicações do Fórum de Cooperação Lancang-Mekong e da Iniciativa da Sub-Região do Grande Mekong no condicionamento da governança deste rio. Para tal, o autor socorre-se da análise bibliográfica

O presente trabalho divide-se em dois capítulos, a par da introdução e das conclusões. No primeiro, o autor procura caracterizar a República Popular da China como um ator hidro-hegemónico. No segundo, é analisado o comportamento hidrodiplomático chinês, de forma a enquadrar o condicionamento da governança do rio Mekong. Ainda neste segundo capítulo, e tendo em consideração a importância do rio Mekong, o autor discute as principais implicações da construção de bar-

ragens no rio e as implicações do Fórum de Cooperação Lancang-Mekong e da Iniciativa da Sub-Região do Grande Mekong.

## **2. A China como um poder hidro-hegemónico**

A discussão sobre a ascensão da China tem-se focado em diversos domínios, como as crescentes ambições marítimas, a expansão da capacidade de projetar forças militares, o aumento da força económica e comercial e a pressão para se tornar a maior potência regional. Porém, um aspeto crítico tem frequentemente escapado à discussão: a ascensão da China como poder hidro-hegemónico.

Como refere Chellaney (2013), nenhum outro Estado conseguiu alcançar uma posição de proeminência ribeirinha incontestável num continente através do controlo do fluxo e percurso de diversos rios internacionais. A China, no centro da Ásia, partilha fronteiras terrestres com 14 Estados, 13 dos quais são seus co-ribeirinhos, pelo que se compreende as preocupações dos seus vizinhos face à construção de infraestruturas de hidroengenharia nos segmentos a montante dos rios internacionais.

De facto, a China detém as capacidades necessárias para transformar a água numa arma política e

nenhum rival pode neutralizar, por exemplo, o domínio da China sobre as nascentes dos principais rios transnacionais da Ásia e a sua capacidade de atuar como controlador

a montante, reestruturando os fluxos transfronteiriços através de barragens e outras estruturas. (Chellaney, 2013: 230)

Ao controlar a «torneira» de uma grande parcela dos recursos hídricos asiáticos, a China tem vindo a desenvolver grande influência sobre os seus vizinhos, num continente que enfrenta uma severa crise hídrica.

O mapa dos recursos hídricos asiáticos sofreu alterações significativas com a vitória das forças comunistas na China em 1949. Este país tornou-se então a principal fonte de fluxos fluviais internacionais a nível global, abrangendo uma área que vai desde a península da Indochina até ao Cazaquistão e à Rússia. A maior parte dos rios internacionais da Ásia continental originam-se em territórios que foram anexados pela, à data, recém-formada República Popular da China (Chellaney, 2013).

Uma das áreas anexadas foi o Planalto Tibetano, a principal reserva global de água potável após o Ártico e a Antártica, sendo frequentemente referido como o terceiro polo.

O controlo chinês deste enorme incubador de grandes rios asiáticos, combinado com o projeto de construção de barragens, garante à China uma significativa vantagem em termos hídricos, quando comparada com os seus vizinhos. Nesse sentido,

a China é, assim, a fonte de fluxos de água transfronteiriços para mais países do que

qualquer outra potência a montante no mundo. A sua hidro-hegemonia regional é claramente muito superior à dos Estados Unidos, do Brasil, da Turquia, de Israel, do Egito, do Uzbequistão ou de qualquer outra potência ribeirinha regionalmente dominante, quer esteja localizada a montante ou a jusante (Chellaney, 2013: 231)

e

a China controla as nascentes de mais de uma dúzia de grandes rios, que são a força vital de quase metade da população mundial. (Chellaney, 2013: 231)

Importa ainda referir que a China rejeita as ideias de cooperação institucionalizada ou partilha de recursos hídricos, pelo que não participa em nenhum tratado internacional sobre partilha de recursos hídricos, contrariamente ao que se verifica na Ásia Meridional, no Sudeste Asiático e mesmo na Ásia Central.

### **3. As consequências da infraestruturização e da hidrodiplomacia chinesa no Mekong**

Como relembra Leal (2019), a República Popular da China é um ator central quando analisamos a gestão e/ou as disputas em torno de recurso hídricos na Ásia Meridional e no Sudeste Asiático. É justamente neste sentido que a sua decisão de não ratificar tratados multilaterais, como a Convenção das Nações

Unidas sobre os Cursos de Água de 1997, adquire particular relevância.

Importa também referir que diversos Estados asiáticos, entre os quais a República Popular da China, têm adotado práticas de agricultura intensiva e insustentável, fortemente dependentes do consumo intenso e do desperdício de água, e da utilização intensiva de produtos como pesticidas e herbicidas, contribuindo assim para que se foquem mais nos vastos recursos hídricos do Planalto Tibetano (Leal, 2019; Simões, 2024).

De acordo com Simões (2024: 107),

a República Popular da China, reclama para si, quer naturalmente pela sua posição geográfica, quer artificialmente através do seu comportamento político, o estatuto de poder hegemónico do complexo hídrico do Planalto Tibetano, influenciando, ou melhor, condicionando os fluxos de água nos principais rios da Ásia Meridional e do Sudeste Asiático.

Osborne (2000) salienta que é justamente em função da sua posição geográfica, a montante dos principais rios do complexo hídrico do Planalto Tibetano, que se compreende o vasto número de projetos hidroelétricos que a China tem desenvolvido no seu território.

Em termos práticos, a influência e condicionamento das práticas políticas e, particularmente, da governança dos recursos hídricos do Mekong, por parte da China, ocorre funda-

mentalmente por duas vias (Simões, 2024): (i) infraestruturação no sector da hidroenergia; (ii) iniciativas minilaterais ou bilaterais não abrangentes à gestão dos recursos hídricos.

No que diz respeito à primeira vertente do condicionamento hidropolítico do Mekong, começamos por referir que a China foi o primeiro Estado do Mekong a desenvolver projetos de represamento neste rio, com o lançamento, em 1986, da barragem de Manwan, a primeira de oito grandes projetos hidroelétricos em cascata ao longo do rio (Simões, 2024).

No mesmo sentido, o ano de 2009 marca o início da construção da quarta barragem – Xiaowan –, e a primeira com influência global no que diz respeito ao sistema hidrológico do Mekong (Simões, 2024; Weatherbee, 2008; Wirsing *et al.*, 2013).

À data de 2013, cinco barragens estavam concluídas, com outras 8 em curso e 23 planeadas. Esta intensa construção de barragens em cascata tem ocorrido sem uma avaliação técnica adequada de impactos ambientais, sem consulta aos países a jusante e sem respeito pelos princípios da Comissão do rio Mekong, já que, apesar de ser uma parceira de diálogo, a China não participa formalmente na Comissão (Chellaney, 2013; Simões, 2024; Weatherbee, 2008 e 2014).

A construção destas barragens tem implicações para os Estados a jusante em três domínios principais (Biba, 2012, 2016 e 2018):

(i) ecológico; (ii) económico; (iii) político. Implicações essas que vão desde a possibilidade do aumento de deslizamento de terras, da degradação dos ecossistemas e da redução dos caudais, até à perda de biodiversidade de espécies aquáticas, que representam um importante elemento da pesca e, conseqüentemente, um importante sector de subsistência de diversas comunidades, como por exemplo no caso da região do lago Tonle Sap no Camboja (Biba, 2012; Mydans, 2003). Ou, ainda, no domínio político, no controlo da quantidade de água libertada para jusante, pelo que, como defendem Goh (2004) e Simões (2024), «as barragens constituem um importante instrumento de poder, que a nosso ver permitem solidificar a posição chinesa como poder hegemónico na bacia do Mekong» (Simões, 2024, p.111).

Apesar de a China ser a principal potência do rio e a grande promotora da infraestruturação do seu sector hidroenergético, também o Laos, o Camboja e o Vietname participam neste processo de infraestruturação, em certos casos, numa forma agressiva, contribuindo para o agravar da crise hídrica regional (Overland *et al.*, 2017; Simões, 2024). Não só porque as barragens nos seus territórios contribuem sucessivamente para a degradação ambiental, como para a redução do caudal do rio até à sua foz, através dum efeito de bola de neve (Simões, 2024).

Aliás, quando comparada com o Laos, concluímos que a China tem um muito menor número de barragens construídas na parte supe-

rior do Mekong, já que o Laos possuía, à data de 2020, um total de 64 barragens. Também o Camboja e o Vietname têm apostado no desenvolvimento da infraestruturação no sector hidroenergético (Eyler, 2020).

É justamente neste sentido que devemos ainda atentar num não menos importante aspecto relativo às iniciativas chinesas de infraestruturação do sector hidroenergético. De facto, e pese embora diversos destes Estados, em particular o Laos e o Vietname, exportem também energia para a China, verifica-se que diversas das suas barragens são não só construídas por empresas chinesas como são operacionalizadas por essas mesmas empresas, antes de serem transferidas para as autoridades nacionais (Urban *et al.*, 2017; Urban *et al.*, 2018; Simões, 2024; Weatherbee, 2014).

Esta prática é particularmente observável no Camboja, onde se tem verificado uma multiplicação dos contratos de Construção-Operacionalização-Transferência, que garantem o controlo das barragens às empresas chinesas por um período de 20 a 40 anos, durante o qual as autoridades cambojanas ficam limitadas na sua capacidade de controlo dos impactos ambientais das suas barragens (Biba, 2016 e 2018; Hou, 2022; Simões, 2024; Urban *et al.*, 2017; Urban *et al.*, 2018).

O segundo domínio identificado diz respeito às iniciativas de cooperação minilateral ou bilateral desenvolvidas pela China no sentido de

condicionar a governança do Mekong. Assim, é importante esclarecer que as iniciativas minilaterais são aquelas que, envolvendo o número mínimo de Estados necessários, conseguem gerar o maior sucesso ou impacto na resolução de um problema. Essas iniciativas são caracterizadas por um grau menor de formalismo, sendo mais limitadas e focadas em questões securitárias específicas (Lee-Brown, 2018; Naim, 2009; Simões, 2024; Tow, 2018).

Nesse mesmo sentido, começamos por referir que nenhum acordo relativo à bacia do Mekong inclui os seus seis Estados ribeirinhos (Zeitoun *et al.*, 2020). Assim, são de destacar iniciativas desenvolvidas pela China, como sejam o Fórum de Cooperação Lancang-Mekong e a Iniciativa da Sub-Região do Grande Mekong (Busbarat, 2020; Gong, 2020; Morada, 2020; Wu, 2020).

Como referem Morada (2020) e Simões (2024), o Sudeste Asiático tem sido historicamente caracterizado por diversos conflitos e instabilidade político-social. A região do Mekong destaca-se justamente nesse sentido, não só em função das disputas em torno da construção de grandes projetos hidroenergéticos, mas também das dinâmicas e disputas entre a China e os EUA para a consolidação de esferas de influência na região (Morada, 2020; Simões, 2024).

O Mekong não se pode dissociar destas dinâmicas de disputa pela consolidação de influência na região, pelo que é de sublinhar a competição entre o Fórum de Cooperação Lancang-Mekong, promovido pela China em associação com a Belt and Road Initiative e, por outro lado, a Parceria de Washington para o Mekong Inferior de 2009, substituída em 2020 pela Parceria EUA-Mekong (Busbarat, 2020; Morada, 2020; Sothirak, 2021; Simões, 2024).

A estas duas iniciativas somam-se várias outras que visam promover a influência norte-americana na região, e principalmente mitigar a presença regional da China, sendo de destacar as cimeiras realizadas com o Japão ou com a Coreia do Sul, respetivamente designadas como cimeiras Japão-Mekong e ROK-Mekong (Morada, 2020; Simões, 2024).

Importa ainda referir que o Fórum de Cooperação Lancang-Mekong tem por principal objetivo não meramente consolidar a posição da China no sector da infraestruturização, mas também alavancá-la no sector económico e securitário (Simões, 2024). Adicionalmente, esta iniciativa reproduz os pilares identitários da ASEAN nos sectores económico, securitário e sociocultural, por forma a desvalorizar a presença da instituição na região. Tudo isto enquanto, simultaneamente, países como o Camboja e o Laos se têm aproximado economicamente da China (Busbarat, 2020; Simões, 2024).

Por sua vez, a Iniciativa da Sub-Região do Grande Mekong, estabelecida em 1992 pelo Banco de Desenvolvimento Asiático, engloba o Camboja, a China, o Laos, Mianmar, a Tailândia e o Vietname (Cronin, 2011; Hensengerth, 2009). Ora, como refere Simões (2024), ainda que esta iniciativa inclua todos os Estados ribeirinhos do Mekong, não se trata de uma iniciativa ou de um acordo orientado para a bacia do rio, mas antes de um projeto orientado para a facilitação do desenvolvimento económico regional e a aproximação política (Cronin, 2011). Adicionalmente, serve como plataforma de projeção da influência chinesa, tendo possibilitado a sua emergência como principal economia regional e servindo de instrumento de *soft power* (Saunders, 2008 e 2014; Simões, 2024).

Importa ainda salientar que fora do âmbito desta iniciativa ficam as negociações relativas à preservação e utilização dos recursos do Mekong, pelo que a China pode operar livremente no quadro da construção e exploração do sector hidroenergético (Simões, 2024).

Apesar dos significativos efeitos negativos, quer a nível da promoção da dependência no domínio da infraestruturação, por exemplo no Camboja, quer a nível da degradação ambiental, não podemos deixar de considerar os avanços industriais, económicos e comerciais que têm vindo a ser promovidos na região da Indochina, pelo seu envolvimento com a

China, desde logo através das duas iniciativas aqui identificadas.

#### 4. Conclusões

No essencial, o estatuto de potência hidro-hegemónica, as iniciativas hidrodiploáticas desenvolvidas e os esforços de infraestruturação no sector hidroenergético têm tanto aspetos positivos como aspetos negativos. Desde logo, a história e a expansão territorial permitiram que a China controlasse recursos hídricos importantes para a subsistência de diversas comunidades. A sua capacidade de controlar e alterar o fluxo de água para jusante faz do país, inevitavelmente, o poder hegemónico de diversos rios asiáticos, entre os quais o Mekong.

As iniciativas de infraestruturação do sector hidroenergético, quer a nível interno, entendida-se, em território chinês, quer a nível externo, na Indochina, são porventura o principal instrumento de condicionamento do regime hidropolítico do Mekong, já que iniciativas como o Fórum de Cooperação Lancang-Mekong e a Iniciativa da Grande Sub-Região do Mekong não condicionam necessariamente o regime hidropolítico do rio. Antes moldam e condicionam a sua utilização como plataforma de expansão comercial, por forma, talvez, tanto a satisfazer os interesses económicos chineses, como a contribuir para o desenvolvimento regional, numa lógica de *win-win*.

Ainda assim, os Estados do Mekong inferior veem-se em grande medida reféns da de-

pendência de empresas chinesas para a sua infraestruturação, mesmo quando procuram atenuar a influência chinesa por meio de iniciativas próprias.

Fundamentalmente, a China, através do conjunto de esforços de que temos vindo a falar, consegue assegurar para si recursos hídricos a montante, com a construção de diversas barragens, e ainda que colocando em causa o acesso à água por parte de comunidades a jusante. Simultaneamente, consegue garantir oportunidades de investimento e desenvolvimento nos Estados a jusante, de maneira a garantir a sua incontornabilidade na bacia do Mekong.

Não significa, contudo, que não haja contestação do seu estatuto, mas tanto as queixas relativas aos significativos impactos ambientais como as iniciativas de outros atores com vista a mitigar a sua presença parecem, até ao momento, não ser suficientes para abalar o seu estatuto hidro-hegemónico regional.

Sem dúvida, e não obstante os ganhos em termos de desenvolvimento regional, é necessário olhar para os efeitos das consequências de degradação ambiental da bacia do rio. A exploração descontrolada de padrões de qualidade tem o potencial de despoletar consequências profundamente negativas, desde a redução dos recursos disponíveis para consumo até à perda de biodiversidade e à deslocação forçada de populações.

Por isso mesmo, consideramos que, para uma mais acentuada defesa destas comunidades, tanto a ASEAN como a Comissão do Rio Mekong, instituições aqui não analisadas, deverão promover uma maior consciencialização dos efeitos negativos da hiperpredação dos recursos do rio Mekong.

## Bibliografia

### *Impressa*

- Baranyai, G. (2020). *European water law and hydropolitics: An inquiry into the resilience of transboundary water governance in the European Union*. Springer. Cham;
- Biba, S. (2012). China's continuous dam-building on the Mekong River. *Journal of Contemporary Asia*, **42**, 4: 603-628;
- Biba, S. (2016). The goals and reality of the water-food-energy security nexus: The case of China and its Southern neighbours. *Third World Quarterly*, **37**, 1: 51-70;
- Biba, S. (2018). China's «old» and «new» Mekong River politics: The Lancang-Mekong Cooperation from a comparative benefit-sharing perspective. *Water International*, **43**, 5: 622-641;
- Busbarat, P. (2020). Engagement and strategic competition in mainland Southeast Asia. *Journal of Greater Mekong Studies*, **2**: 35-42;
- Chellaney, B. (2007). China-India clash over Chinese claims to Tibetan Water. *The Asia-Pacific Journal*, **5**, 7: 1-5;
- Chellaney, B. (2013). *Water, peace, and war: Confronting the Global Water Crisis*. Rowman & Littlefield. Plymouth;
- Cronin, R.P. (2011). The environment and development: Greater Mekong Subregion dynamics considered. Em: J. Clad *et al.* (eds.), *The borderlands of Southeast Asia: Geopolitics, terrorism, and globalization*. National Defense University Press. Washington, D.C.;

- Cuppari, R. (2017). *Water diplomacy*. International Centre for Water Resources and Global Change.
- Eyler, B. (2020). Why isn't the drought crisis driving regional cooperation in the Mekong basin? *Journal of Greater Mekong Studies*, **2**, 1: 11-16;
- Gerlak, A.K., & Haefner, A. (2017). Riparianization of the Mekong River Commission. *Water International*, **42**,7: 893-902;
- Gong, X. (2020). Lancang-Mekong Cooperation: Minilateralism in institutional building and its implications. Em: B. Singh e S. Teo (eds.), *Minilateralism in the Indo-Pacific: The Quadrilateral Security Dialogue, Lancang-Mekong Cooperation Mechanism, and ASEAN*. Routledge. Oxon;
- Grumbine, R.E. (2017). Using transboundary environmental security to manage the Mekong River: China and South-East Asian Countries. *International Journal of Water Resources Development*, **34**, 5: 792-811;
- Haefner, A. (2013). Regional environmental security: Cooperation and challenges in the Mekong subregion. *Global Change, Peace & Security*, **25**, 1: 27-41;
- Hensengerth, O. (2009). Transboundary river cooperation and the regional public good: The case of the Mekong River. *Contemporary Southeast Asia*, **31**, 2: 326-349;
- Hou, A.M.Y. (2022). Addressing the environmental and social externalities of Chinese state-owned enterprise investment in Cambodia's hydropower. *Journal of Greater Mekong Studies*, **6**: 29-38.
- Leal, J.L.R. (2019). A água como fator de conflitos político-militares no Sul e Sudeste Asiático: Planalto do Tibete e Rio Brahmaputra. *Revista Lusíada. Política Internacional e Segurança*, **17**, 18: 9-30;
- Lee-Brown, T. (2018). Asia's security triangles: Maritime minilateralism in the Indo-Pacific. *East Asia*, **35**, 2: 163-176;
- Lim, S. (2020). The Mekong Subregion's growth paradigm and commitments to reduce inequalities. *Journal of Greater Mekong Studies*, **4**: 17-28;
- Morada, N.M. (2020). ASEAN centrality and atrocities prevention in the Mekong: Mainstreaming protection of vulnerable populations. *Journal of the Greater Mekong Studies*, **4**: 31-39;
- Osborne, M. (2000). The strategic significance of the Mekong. *Contemporary Southeast Asia*, **22**, 3: 429-444;
- Saunders, P.C. (2008). China's role in Asia. Em: D. Shambaugh e M. Yahuda (eds.), *International relations of Asia*. Rowman & Littlefield Publishers. Laham;
- Saunders, P.C. (2014). China's role in Asia: Attractive or assertive. Em: D. Shambaugh e M. Yahuda (eds.), *International relations of Asia*. Rowman & Littlefield Publishers. Laham;
- Simões, J.C.M. (2025). O Ródano: Cooperação e competição nas relações franco-suíças. *Lusíada. Política Internacional*, **29**: 51-80;
- Sothirak, P. (2021). The essence of the Mekong-US Partnership. *Journal of Greater Mekong Studies*, **5**: 11-14;
- Tow, W.T. (2018). Minilateral security's relevance to US strategy in the Indo-Pacific: Challenges and prospects. *The Pacific Review*, **32**, 2: 232-244;
- Urban, F. et al. (2017). China's dam-builders: Their role in transboundary river management in South-East Asia. *International Journal of Water Resources Development*, **34**, 5: 747-770;
- Urban, F. et al. (2018). Transboundary river management in Southeast Asia: The role of Chinese dam-builders. Em: H. Zhang e Z. Li (eds.), *China and transboundary water politics in Asia*. Routledge. New York;
- Weatherbee, D.E. (2008). *International relations in Southeast Asia: The struggle for autonomy*. Rowman & Littlefield.;
- Weatherbee, D.E. (2014). *International relations in Southeast Asia: The struggle for autonomy*. Rowman & Littlefield.;

Wirsing, R. *et al.* (2013). *International conflict over water resources in Himalayan Asia*. Palgrave Macmillan. London;

Wu, S.-S. (2020). Lancang-Mekong cooperation: The current state of China's hydro-politics. Em: B. Singh e S. Teo (eds.), *Minilateralism in the Indo-Pacific: The Quadrilateral Security Dialogue, Lancang-Mekong Cooperation Mechanism, and ASEAN*. Routledge. Oxon;

Zeitoun, M. *et al.* (2020). *Water conflicts: Analysis for transformation*. Oxford University Press. Oxford;

Zhang, L. e Zhang, H. (2021). Water diplomacy and China's bid for soft power in the Mekong. *The China Review*, **21**, 4: 39-75.

### *Digital*

Goh, E. (2004). China in the Mekong River Basin: The regional security implications of resource development on the Lancang Jiang. *Singapore: Institute of Defense and Strategic Studies*, **69**. Acedido em 2 de junho de 2026, em: <https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/rsis-pubs/WP69.pdf>;

Mydans, S. (2003, 28 de abril). Kompong Phluk Journal; Where a lake is life itself, dam is a dire word. *The New York Times*. Acedido em 31 de janeiro de 2025, em: <https://www.nytimes.com/2003/04/28/world/kompong-phluk-journal-where-a-lake-is-life-itself-dam-is-a-dire-world.html>;

Naim, M. (2009, 21 de junho). Minilateralism: The magic number to get real international action. *Foreign Policy*. Acedido em 11 de dezembro de 2024, em: <https://foreignpolicy.com/2009/06/21/minilateralism>;

Overland, I. *et al.* (2017). *Impact of climate change on ASEAN international affairs: Risk and opportunity multiplier*. Norwegian Institute of International Affairs/Myanmar Institute of International and Strategic Studies. Acedido em 31 de janeiro de 2025, em: [https://www.researchgate.net/publication/320622312\\_Impact\\_of\\_Climate\\_Change\\_on\\_ASEAN\\_International\\_Affairs\\_Risk\\_and\\_Opportunity\\_Multiplier](https://www.researchgate.net/publication/320622312_Impact_of_Climate_Change_on_ASEAN_International_Affairs_Risk_and_Opportunity_Multiplier);

Simões, J.C.M. (2024). *Conflitos de água no sudeste asiático: Segurança humana e a importância estratégica do Rio Mekong*. Dissertação de Mestrado em Segurança e Justiça. Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Direito. Lisboa. 175 pp. Acedido em 2 de junho de 2026, em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/7636>;

TFDD. (s.d.). *International River Basins of the World – 2018*. OregonStateUniversity – Program in Water Conflict Management and Transformation. Acedido em 11 de dezembro de 2024, em: <https://transboundarywaters.ceoas.oregonstate.edu/gallery-image/international-river-basins-world-2018>.